



Tópicos de correcção

Todas as respostas devem ser fundamentadas – quer do ponto de vista fáctico, com elementos do enunciado, quer do ponto de vista teórico, com os artigos da lei. A apresentação de argumentos de autoridade é valorizada, mas apenas enriquece a resposta. Uma resposta escorada apenas na opinião de Fulano é considerada não fundamentada.

I

1. **Pronuncie-se sobre a pretensão de Dulce e, em qualquer caso, sobre a procedência dos 3 actos por ela pretendidos. (4 valores)**
 - 1.1. O aluno deve identificar o problema da ilegitimidade de Dulce para actuar.
 - 1.2. É valorizada a apresentação da ou das pessoas com legitimidade para arguir a invalidade dos negócios celebrados por António e por Beatriz.
 - 1.3. Relativamente ao casamento, o aluno deve tomar posição acerca do valor da proibição do Tribunal e decidir em consequência.
 - 1.3.1. Se for considerado que a proibição implica uma incapacidade de gozo e que essa norma é inconstitucional por violação do disposto no art. 18.º, n.º 3, da CRP, o aluno deve concluir que, com os dados do enunciado, o casamento é válido;
 - 1.3.2. Se for considerado que a proibição implica uma incapacidade de gozo e que essa norma é conforme à Constituição, o casamento anulável (art. 154.º, n.º 3, e art. 1631.º, al. a)).
 - 1.3.3. Se for considerado que a proibição implica apenas uma incapacidade de exercício, o aluno deve pronunciar-se quanto ao modo de suprimento dessa incapacidade e concluir pela anulabilidade do casamento (art. 154.º, n.º 3).
 - 1.4. Quanto à venda da Quinta, o aluno deve identificar a existência de um conflito de interesses e aplicar o disposto no art. 150.º, n.º 1, concluindo pela anulabilidade do negócio.
 - 1.5. A propósito da prestação da fiança, o aluno deve demonstrar que compreendeu a diferença entre a existência de medidas de acompanhamento e a privação da capacidade de



Teoria Geral do Direito Civil
I.º ano C, 25 de Janeiro de 2021

exercício do acompanhado. Em consequência, deve pronunciar-se sobre a validade do negócio praticado por António.

2.1. Identifique a situação jurídica pela qual Elisa se recusa a pagar os 80.000€ em falta e qualifique-a quanto ao seu carácter absoluto ou relativo e activo ou passivo. (3 valores)

2.1.1. O aluno deve identificar a excepção dilatória. É valorizada a qualificação da excepção como a excepção do não cumprimento, prevista no art. 428.º do Código Civil, e a demonstração de que se trata de um caso especial de poder potestativo.

2.1.2. O aluno deve classificar a excepção como absoluta e fundamentar a resposta.

2.1.3. O aluno deve classificar a excepção como activa e fundamentar a resposta.

2.2. Pronuncie-se quanto ao direito de Elisa a receber a manada das vacas e os tractores como efeitos do contrato de compra e venda do imóvel. (3 valores)

2.2.1. O aluno deve enquadrar a matéria na temática das coisas e qualificar a manada e os tractores como coisas acessórias relativamente ao prédio rústico.

2.2.2. O aluno deve aplicar ao caso o disposto no art. 210.º, n.º 2, concluindo que nem as vacas nem os tractores fazem parte do negócio de venda da Quinta.

II

3. Pode Ilda ser administradora da Fundação? (3 valores)

3.1. O aluno deve identificar o estado civil de Ilda (menoridade) e problematizar a possibilidade de Ilda ser administradora da Fundação com base na aplicação do disposto no art. 263.º à representação orgânica.

3.2. Quem responder que Ilda não pode ser administradora deve justificar a resposta com base na aplicação do disposto nos artigos 123.º e 127.º à aceitação da designação como administrador e não à celebração dos negócios jurídicos como administrador (celebração essa que não ocorre em nome próprio e, portanto, à qual não são aplicáveis as mencionadas disposições legais).



Teoria Geral do Direito Civil
I.º ano C, 25 de Janeiro de 2021

4. Pronuncie-se acerca da pretensão de Francisco, analisando, designadamente, os seus argumentos. (3 valores)

- 4.1. O aluno deve afastar o vício da anulabilidade fundado na menoridade de Ilda com dois fundamentos: improcedência do argumento, atendendo a que Ilda actua como administradora e não em nome próprio; ilegitimidade de Francisco (ou da Sociedade) para arguir a invalidade dos actos dos menores (artigos 287.º e 125.º).
- 4.2. O aluno deve demonstrar o domínio do princípio da especialidade e, aplicando-o ao caso, concluir pela validade do negócio de aquisição das rações.

III

5. Distinga a *procuração da relação jurídica que lhe serve de base* (art. 265.º, n.º 1), e apresente dois exemplos de relevância da relação de base no regime da representação voluntária. (4 valores)

- 5.1. O aluno deve distinguir a procuração da relação jurídica que lhe serve de base, evidenciando compreender que a procuração traduz a atribuição dos poderes representativos e a relação jurídica que lhe serve de base enquadra quer a fonte quer o regime do exercício dos poderes representativos.
- 5.2. O aluno deve apresentar dois exemplos da relevância da relação de base no regime da representação voluntária. Da resposta tem de se perceber que o aluno compreendeu a repercussão da relação de base no regime da representação.
- 5.3. Atendendo à matéria leccionada, tendencialmente, os exemplos serão o da extinção da procuração com a cessação da relação de base (art. 265.º, n.º 1), o das particularidades das procurações no interesse do procurador ou de terceiro, e a do abuso de representação (art. 269.º).